

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2020

ELABORADA CONFORME CIRCULAR Nº 3.959/19 E CARTA CIRCULAR 4.051/20

(NÃO AUDITADAS)



DEPARTAMENTO DE CONTROLADORIA

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2020 e dezembro 2019
Em milhares de reais

	Notas	2020	2019
ATIVO		4.593.387	4.000.887
Circulante		2.785.286	2.424.899
Caixa e Equivalentes De Caixa	3	1.203.913	51.781
Disponibilidades		13.644	15.665
Centralização Financeira	5	1.190.268	36.116
Instrumentos Financeiros	4	301.078	1.105.900
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		276.199	239.030
Títulos e Valores Mobiliários		24.879	866.870
Operações de Crédito	6	1.255.329	1.238.640
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		717.881	654.030
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(90.890)	(62.184)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		643.912	655.375
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(15.574)	(8.581)
Outros Créditos	7	24.882	28.442
Avais e Fianças Honrados		1.958	278
Rendas a Receber		791	154
Diversos		24.650	30.941
Créditos Tributários		548	436
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(3.066)	(3.367)
Outros Valores e Bens	8	84	135
Outros Valores e Bens		50	67
Despesas Antecipadas		34	68
Não Circulante		1.808.101	1.575.988
Realizável a Longo Prazo		1.658.865	1.442.389
Instrumentos Financeiros	4	68.837	81.472
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		207	203
Títulos e Valores Mobiliários		68.630	81.269
Operações de Crédito	6	1.451.539	1.212.352
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		956.170	736.417
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		(110.971)	(84.142)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		615.829	567.032
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(9.490)	(6.956)
Outros Créditos	7	71.253	79.552
Diversos		65.472	77.922
Devedores por Depósitos em Garantia		12.318	12.243
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.537)	(10.614)
Outros Valores e Bens	8	67.236	69.014
Outros Valores e Bens		67.352	69.426
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(115)	(412)
Permanente		149.236	133.599
Investimentos	9	109.207	104.360
Participação em Cooperativa Central de Credito		49.885	48.859
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		59.222	55.401
Outros investimentos		100	99
Imobilizado de Uso	10	38.857	28.342
Outras Imobilizações de Uso		63.675	51.832
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(24.817)	(23.490)
Intangível	11	1.172	898
Ativos Intangíveis		7.256	6.443
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(6.085)	(5.545)
Total do Ativo		4.593.387	4.000.887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais em 30 de junho 2020 e dezembro 2019
 Em milhares de reais

	Notas	2020	2019
PASSIVO		3.841.577	3.254.930
Circulante		3.452.333	3.011.207
Depósitos	12	2.316.268	1.823.482
Depósitos à Vista		472.940	354.246
Depósitos Sob Aviso		-	4.803
Depósitos à Prazo		1.843.328	1.464.433
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13	640.516	647.725
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio		640.516	647.725
Relações Interfinanceiras	14	421.747	449.285
Repasse Interfinanceiros		421.747	449.285
Relações Interdependências		1.041	18.414
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.041	18.414
Outras Obrigações		72.761	72.302
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		60	333
Sociais e Estatutárias	15	26.350	20.796
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	16	2.425	3.763
Diversas	17	31.659	34.713
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	18	12.267	12.696
Não Circulante		387.785	242.107
Relações Interfinanceiras	14	385.455	239.787
Repasse Interfinanceiros		385.455	239.787
Obrigações por Empréstimos e Repasses		2.330	2.296
Empréstimos no País - Instituições Oficiais		2.330	2.296
Outras Obrigações		1.459	1.640
Sociais e Estatutárias	15	1.459	1.616
Diversas	17	-	24
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		751.810	745.957
Capital Social		399.531	378.337
De Domiciliados No País		400.001	378.498
(-) Capital a Realizar		(471)	(161)
Outros Resultados Abrangentes		-	-
Reserva de Sobras		350.623	340.623
Sobras ou Perdas Acumuladas		1.655	26.997
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		4.593.387	4.000.887

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho
Em milhares de reais

	Notas	2020	2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		187.529	186.672
Operações de Crédito		163.638	161.959
Resultado de Aplicações Interfinanceiras De Liquidez		4.279	4.501
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		15.320	19.563
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		4.291	649
Dispêndio/Despesa da Intermediação Financeira		(147.348)	(120.723)
Operações de Captação no Mercado		(40.400)	(54.537)
Operações de Empréstimos e Repasses		(25.442)	(24.155)
Provisão para Operações de Créditos		(81.506)	(42.031)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		40.181	65.949
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(36.890)	(39.715)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço		10.593	7.471
Rendas (Ingressos) de Tarifas		4.830	2.390
Despesa (Dispêndios) de Pessoal		(29.623)	(27.345)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	20	(26.708)	(24.209)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(1.349)	(1.122)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	21	18.115	16.709
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	22	(8.457)	(11.187)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		(4.292)	(2.421)
Resultado Operacional		3.292	26.234
Outras Receitas e Despesas		186	(2.477)
Outras Receitas		233	-
Outras Despesas		(47)	(2.477)
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.477	23.757
Imposto de Rendas sobre Atos Não Cooperativos		(1.134)	(768)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(688)	(468)
		-	-
Sobras/Perdas Antes das Destinações		1.655	22.521
Resultado Antes dos Juros ao Capital		1.655	22.521
Sobras/Perdas Líquidas		1.655	22.521

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes em 30 de junho
Em milhares de reais



	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sobras/Perdas Líquidas	1.655	22.521
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	1.655	22.521

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho
Em milhares de reais

	Nota	Capital social	Capital à Realizar	Fundo de Reserva	Reserva para contingências	Sobras acumuladas	Totais
Em 31 de dezembro de 2018		315.805	(318)	136.660		37.428	489.575
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	19.3						
Constituição de Reservas				24.755		(24.755)	
Em Conta Corrente do Associado						(7.549)	(7.549)
Ao Capital		5.081				(5.081)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(42)	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		26.774	81				26.855
Por Devolução (-)		(5.852)					(5.852)
Estorno de Capital		(3.892)					(3.892)
Sobras ou Perdas Brutas						22.521	22.521
Em 30 de junho de 2019		<u>337.917</u>	<u>(238)</u>	<u>161.415</u>		<u>22.521</u>	<u>521.660</u>
Em 31 de dezembro de 2019		378.498	(161)	168.719	171.905	26.997	745.957
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	19.3						
Ao FATES						(3.415)	(3.415)
Constituição de Reservas				10.000		(10.000)	
Em Conta Corrente do Associado						(49)	(49)
Ao Capital		5.456				(5.456)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						(8.077)	(8.077)
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		27.905	(309)				27.596
Por Devolução (-)		(11.857)					(11.857)
Estorno de Capital							
Sobras ou Perdas Brutas						1.655	1.655
Em 30 de junho de 2020		<u>400.001</u>	<u>(471)</u>	<u>178.719</u>	<u>171.905</u>	<u>1.655</u>	<u>751.810</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

	Notas	2020	2019
Sobras/Perdas do Período		1.655	22.521
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-
Juros ao Capital a Receber		-	-
Distribuição de Sobras e Dividendos		(4.604)	(5.912)
Resultado de Equivalência Patrimonial		-	-
Participações no Lucro(Sobra)		-	-
Provisão/Reversão para Operações de Crédito		81.506	42.031
Provisão de Juros ao Capital		-	-
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas		4.292	2.421
Destinações de Sobras		-	-
Provisão/Reversão Para Desvalorização De Outros Valores E Bens		-	2.452
Provisão/Reversão Com Passivos Contingentes		-	-
Atualização De Depósitos Em Garantia		-	-
(Ganho)/Perdas Por Baixas De Imobilizado		-	-
(Ganho)/Perdas Por Baixas De Intangível		-	-
Depreciações e Amortizações	21	2.508	2.124
		85.356	65.638
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(37.173)	9.034
Títulos e Valores Mobiliários		854.630	(213.740)
Relações Interfinanceiras		-	-
Relações Interdependências		-	-
Operações de Crédito		(337.382)	(328.014)
Outros Créditos		11.859	184.987
Outros Valores e Bens		1.829	(6.525)
Aumento (redução) em passivos operacionais		-	-
Depósitos a Vista		118.695	38.454
Depósitos sob Aviso		(4.803)	(423)
Depósitos a Prazo		378.895	140.673
Outros Depósitos		-	-
Obrigações por Emissão de LCA		(7.209)	118.256
Resultado de Exercícios Futuros		-	-
Relações Interdependências		(17.372)	(20.535)
Relações Interfinanceiras		118.130	3.982
Obrigações por Empréstimos e Repasses		34	40
Outras Obrigações		(2.192)	(7.206)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES		(3.415)	-
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos		-	-
FATES Sobras Exercício		-	-
IRPJ		(1.134)	(768)
CSLL		(688)	(468)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		1.158.059	(16.615)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

Atividades de Investimentos

Recebimento Dividendos		3.821	4.597
Distribuição Sobras da Central		784	1.315
Distribuição Sobras da Confederação		-	-
Alienação de Investimento		-	-
Alienação de Imobilizações de Uso		-	-
Aplicação no Intangível		(905)	(549)
Aplicação no Diferido		-	-
Aquisição De Imobilizado de Uso		(12.392)	(3.227)
Aquisição de investimentos	9	(4.848)	(6.144)
Outros Ajustes		-	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(13.540)	(4.008)

Atividades de Financiamentos

Aumento por novos aportes de Capital		27.596	26.855
Devolução de Capital à Cooperados		(11.857)	(5.852)
Estorno de Capital		-	(3.892)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(8.077)	(42)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(49)	(7.549)
Juros ao Capital à Ex-associados		-	-
Subscrição do Juros ao Capital Líquido de IRRF		-	-
Recuperação de Sobras de Exercícios Anteriores		-	-
Aumento no capital por incorporações		-	-
Aumento nas reservas por incorporações		-	-
Sobras/Perdas por incorporações		-	-
Reversão de Reserva de Expansão		-	-
Aumento aportes em reserva estatutária		-	-

Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos **7.612,16** **9.520,42**

Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa **1.152.130,88** **(11.103)**

Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas

Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		51.781,81	36.586,75
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		1.203.912,69	25.484,11
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.152.130,88	(11.103)

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito ("Sicoob Cocred" ou "Cooperativa") é uma cooperativa de crédito singular com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 24) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocauçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporá, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaíra, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariópolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlândia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Carlos, São José do Rio Preto, São Simão, Serra Azul, Taiapu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba e Uberlândia, no Estado de Minas Gerais. E área de admissão de associados limitada aos municípios integrantes dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 24 de outubro de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária foi realizada reforma ampla do estatuto social da Cooperativa, com destaque para a ampliação das condições de admissão e da área de atuação incluindo os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio de Janeiro.

Em 6 de abril de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária foi realizada reforma no estatuto social da Cooperativa possibilitando a livre admissão de cooperados, ou seja, a admissão de qualquer pessoa em seu quadro de associados, além da alteração de sua denominação social de Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista para Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 29 de julho de 2020.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais 90 dias de vencimento e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/01, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.4 Investimentos

Os investimentos são avaliados ao método do custo de aquisição.

2.2.5 Imobilizado

Móveis e utensílios, equipamentos, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e outros, são demonstrados pelo custo de aquisição. As imobilizações em andamento são registradas pelos custos já incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em "despesas não operacionais, líquidas".

2.2.6 Intangível

Os valores registrados no ativo intangível se referem a softwares amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.8 Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos (à vista, a prazo e sob aviso) e os recursos de aceites cambiais e letras imobiliária estão demonstrados pelo valor captado, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.2.9 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.2.10 Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Cooperativa, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

2.2.11 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.2.12 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda e para a contribuição social, conforme disposto na legislação (Lei 5.764/71, nos artigos 85, 86, 88 e 111).

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, é isento de tributação, conforme dispõe o Regulamento de Imposto de Renda (Decreto-lei 3.000/99).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	13.644	15.665
Relações interfinanceiras (Nota 5)	<u>1.190.268</u>	<u>36.116</u>
	<u>1.203.913</u>	<u>51.781</u>

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2020	2019
Títulos de renda fixa (i)	276.405	239.233
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (ii)		842.733
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (iii)	53.582	67.698
Obrigações do Tesouro Nacional	29.491,25	26.872
Cotas de Fundo em Participações - FIP (iv)	19.723	19.871
Provisão para Desvalorização de Títulos Livres (v)	(9.287)	(9.035)
	369.915	1.187.372
Ativo circulante	301.078	1.105.900
Realizável a longo prazo	68.837	81.472

(i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de depósito interbancário – CDI, realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(ii) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se substancialmente a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo (Nota 24.2).

(iii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas.

(iv) O Fundo de investimento multimercado – FIM é um fundo exclusivo da Sicoob Cocred que investe, substancialmente, em um fundo de investimento em participações – FIP, que, por sua vez, investe em ações da Companhia Poá S.A. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto. Essa estrutura foi criada pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. Em dezembro de 2019 essa estrutura foi alterada e a cooperativa passou a investir diretamente no FIP.

(vi) A provisão para desvalorização foi realizada para fazer frente a investimentos em operações Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA que possuem lastros em atraso.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2020, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2021 (2019 - realização prevista substancialmente para 2020).

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Relações interfinanceiras

<u>Modalidade</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Conta corrente	<u>1.190.268</u>	<u>36.116</u>

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob SP, conforme definido na Resolução CMN 3.859, possuem liquidez imediata e remuneração média de 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, em 2019 possuía remuneração de 95% do CDI, os quais resultaram em 30 de junho de 2020, em ingressos no montante de R\$ 4.291 (2019 - R\$ 649), registrados em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 21).

6 Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

<u>Modalidade</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a depositantes	4.808	4.918
Cheque especial/ Conta garantida	116.064	123.703
Empréstimos e financiamentos	1.492.003	1.203.948
Títulos descontados	61.177	57.879
Financiamentos rurais próprios (i)	63.799	104.066
Financiamentos rurais demais	1.195.942	1.118.341
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	<u>(226.925)</u>	<u>(161.863)</u>
	2.706.868	2.450.992
Ativo circulante	<u>1.255.329</u>	<u>1.238.640</u>
Realizável a longo prazo	<u>1.451.539</u>	<u>1.212.352</u>

(i) No exercício de 2019, incluem renegociações realizadas no período de 2000 a 2003, para o alongamento de dívidas de associados originadas na modalidade de crédito rural, realizadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, no montante de R\$ 33.119. Em agosto de 2019 essas operações foram baixadas da carteira e classificadas como títulos e valores mobiliário, garantidas por Títulos do Tesouro Nacional de associados, com vencimento para 2020 a 2023, nas mesmas datas de vencimentos dos ativos.

6.2 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	355.002	504.615
2022	492.037	309.754
2023	306.846	200.526
2024	179.141	
2025 a 2038	118.513	197.456
	<u>1.451.539</u>	<u>1.212.352</u>

6.3 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	161.863	92.095
(-) Créditos baixados para prejuízo	(18.452)	(22.945)
Provisão constituída no semestre	144.970	159.102
(-) Reversão efetuada no semestre	(61.457)	(66.389)
Saldo final	<u>226.925</u>	<u>161.863</u>

6.4 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 7.385 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (2019 - R\$ 13.417), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 21).

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5 Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão	2020			2019		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA	0%		201.384	201.384		162.536	162.536
A	0,5%		999.585	999.585		966.220	966.220
B	1%	5.814	859.500	865.313	2.134	714.271	716.405
C	3%	8.844	419.419	428.263	8.651	379.729	388.380
D	10%	9.363	145.929	155.292	15.094	149.856	164.951
E	30%	26.342	81.743	108.085	17.089	75.416	92.505
F	50%	4.330	13.078	17.408	14.926	20.149	35.075
G	70%	18.857	30.125	48.983	9.545	24.956	34.501
H	100%	67.484	41.995	109.479	20.570	31.712	52.282
		141.034	2.792.759	2.933.792	88.011	2.524.844	2.612.855
		(92.011)	(134.913)	(226.925)	(41.632)	(120.231)	(161.863)
Provisão para perdas com operações de crédito							
Total		49.022	2.657.846	2.706.868	46.379	2.404.613	2.450.992

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Outros Créditos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)	346	290
Títulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	13.844	18.739
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	71.427	88.089
Depósitos em garantia (Nota 19)	12.318	12.244
Outros	7.803	2.613
Provisão para perdas (iv)	<u>(9.603)</u>	<u>(13.981)</u>
	96.135	107.994
Ativo circulante	<u>24.882</u>	<u>28.442</u>
Realizável a longo prazo	<u>71.253</u>	<u>79.552</u>

- (i) Referem-se a CPRFs adquiridas pelo Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos são remunerados substancialmente, por juros pré-fixados, com vencimentos previsto substancialmente para os exercícios de 2020 (Nota 21).
- (ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente açúcar total recuperável - ATR, em até dez anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas ao Sicoob Cocred.
- (iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.
- (iv) Refere-se a provisão para perdas na realização das CPRFs e dos títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito e devedores por compra de valores bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	13.981	10.943
(-) Créditos baixados para prejuízo	(2.370)	(98)
Provisão constituída no semestre	1.539	5.945
(-) Reversão efetuada no semestre	<u>(3.546)</u>	<u>(2.809)</u>
Saldo final	<u>9.603</u>	<u>13.981</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Outros bens e valores a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bens não de uso próprio (i)	67.352	69.426
(-) Provisão para perdas	(115)	(412)
Materiais de uso e consumo	50	67
Despesas antecipadas	34	68
	<u>67.321</u>	<u>69.149</u>
Ativo circulante	<u>84</u>	<u>135</u>
Realizável a longo prazo	<u>67.236</u>	<u>69.014</u>

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

A partir de novembro de 2014, através da carta circular interna 311/2014 o Sicoob Confederação padronizou a contabilização de entrada de Bens, onde seu registro contábil passou a ser limitado ao valor da dívida registrada na Central de Risco, devendo ser realizada a diferença momento da alienação do bem.

9 Investimentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	49.885	48.859
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	59.222	55.402
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANÁ	83	83
Outros	17	16
	<u>109.207</u>	<u>104.360</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2020, o Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 1.026 e R\$ 3.820, no Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente (2019 – R\$ 1.544, R\$ 4.597, no Sicoob São Paulo, e no BANCOOB respectivamente).

Adicionalmente, sobras foram distribuídas no montante de R\$ 784 e R\$ 3.820 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente (2018 - R\$ 1.315 e R\$ 4.597 pelo Sicoob São Paulo, e BANCOOB respectivamente).

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Imobilizado

	2020		2019		%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de depreciação
Móveis, utensílios e equipamentos	6.981	(3.225)	3.757	3.181	10
Sistemas de comunicação	138	(41)	98	89	10
Equipamentos de processamento de dados	8.633	(5.521)	3.112	2.866	20
Veículos	1.009	(581)	428	454	20
Sistemas de vigilância	1.536	(1.121)	415	388	20
Instalações	22.722	(14.330)	8.392	8.148	20
Imobilização em Curso (i)	22.655		22.655	13.216	
	<u>63.675</u>	<u>(24.817)</u>	<u>38.857</u>	<u>28.342</u>	

(i) A variação da rubrica refere-se substancialmente a projetos de expansão da cooperativa que pretende ampliar para 4 novos municípios no próximo ano, além da construção de uma nova sede da cooperativa com previsão de término em 2021.

11 Intangível

	2020		2019		%
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Softwares	<u>7.256</u>	<u>(6.085)</u>	<u>1.172</u>	<u>898</u>	10

12 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

	2020	2019
Depósitos à vista	472.940	354.246
Depósitos sob aviso e à prazo	<u>1.843.328</u>	<u>1.469.236</u>
	<u>2.316.268</u>	<u>1.823.482</u>

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O Estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

13 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Modalidade	2020	2019
LCA - Juros fixos	18.797	
LCA - Juros variáveis	621.719	647.725
	640.516	647.725

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pelo Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

14 Obrigações por empréstimos e repasses

Modalidade	Encargos financeiros incidentes (Taxa Anual)	2020		2019	
		Repasses Interfinanceiros	Total	Repasses Interfinanceiros	Total
Empréstimos		13.290	13.290		
Custeio Agrícola	4,85%	56.658	56.658		
	5,38%	14.121	14.121		
	5,40%	6.177	6.177		
	5,50%	1.012	1.012		
	5,90%	27.748	27.748		
	5,97%	197	197		
	6,00%	11.446	11.446	14.310	14.310
	6,10%	1.043	1.043		
	6,16%	291	291		
	6,20%	736	736		
	6,23%	1.007	1.007		
	6,25%	6.159	6.159	165	165
	6,39%	295	295		
	6,45%	307	307	322	322

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6,47%	329	329		
6,50%	141	141	633	633
6,53%	1.447	1.447		
6,59%	1.933	1.933		
6,70%	35.864	35.864	48.613	48.613
6,73%	1.652	1.652	1.091	1.091
6,94%	8.169	8.169		
7,00%	41.446	41.446	111.316	111.316
7,07%	1.399	1.399	387	387
7,13%	3.969	3.969		
7,15%	1.899	1.899	1.835	1.835
7,19%	1.491	1.491		
7,20%	37.797	37.797	59.795	59.795
7,25%	62	62	60	60
7,27%	2.029	2.029		
7,42%	108	108		
7,43%	4.645	4.645	4.565	4.565
7,50%	19.814	19.814	34.626	34.626
7,66%	722	722		
7,70%	394	394	392	392
7,85%	51	51		
8,00%	247.557	247.557	291.590	291.590
8,11%	5.054	5.054	5.762	5.762
8,29%	984	984	1.101	1.101
8,30%	1.507	1.507	1.448	1.448
8,32%	511	511		
8,50%			498	498
8,78%	1.210	1.210	1.869	1.869
8,94%	36	36		
9,12%	228	228	257	257
9,39%	1.828	1.828	2.347	2.347
9,50%	45.982	45.982	78.253	78.253
9,80%	237	237	825	825
9,82%	336	336	435	435
9,83%	6.884	6.884	7.709	7.709
10,17%	95	95	90	90
11,50%	11.698	11.698	18.777	18.777
CDI + 0,84%	109.817	109.817		
CDI + 1,09%	17.111	17.111		
CDI + 1,33%	10.221	10.221		
CDI + 1,69%	40.059	40.059		
Total	807.202	807.202	689.071	689.071
Passivo circulante	421.747	421.747	449.285	449.285
Exigível a longo prazo	385.455	385.455	239.787	239.787

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2020		
2021	97.620	141.184
2022	115.936	8.640
2023	47.956	34.499
2024	36.914	23.834
2025	54.375	
2026	1.507	1.448
2029	31.147	30.182
	<u>385.455</u>	<u>239.787</u>

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores.

15 Obrigações sociais e estatutárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	19.503	17.283
Cotas de capital a pagar	8.306	5.130
	27.809	22.412
Passivo circulante	<u>26.350</u>	<u>20.796</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.459</u>	<u>1.616</u>

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 19.2).

16 Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	156	145
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	229	207
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	687	2.015
Contribuição Previdenciária - INSS	939	892
Programa de Integração Social - PIS	41	43
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	94	110
Imposto sobre Serviços - ISS	86	93
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	178	245
Outros	14	14
	<u>2.425</u>	<u>3.763</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Outras obrigações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Despesas com pessoal a pagar	10.849	16.638
Cheques descontados	658	679
Fornecedores de bens e serviços	3.597	6.041
Procapcred (i)		3.813
Crédito de Terceiros	2.818	1.260
Outras	<u>13.738</u>	<u>6.306</u>
	<u>31.659</u>	<u>34.737</u>
Passivo circulante	<u>31.659</u>	<u>34.713</u>
Exigível a longo prazo		<u>24</u>

(i) Refere-se a obrigação assumida pelo Sicoob Cocred, decorrente das operações de PROCAPCRED - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.346. O PROCAPCRED é uma linha de crédito especial para aquisição de cotas de capital utilizando recursos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa foi um incentivo do Governo Federal, que tem por objetivo promover o fortalecimento do sistema de crédito cooperativo no País por meio da concessão de financiamentos diretamente aos cooperados por intermédio de instituições financeiras credenciadas. As operações foram integralmente liquidadas em fevereiro de 2020.

18 Provisões para contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Tributárias (substancialmente, IRRF (i))	11.820	11.658
Trabalhistas	285	352
Cíveis	<u>162</u>	<u>686</u>
	<u>12.267</u>	<u>12.696</u>

(i) A Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa e vinha registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados a esse assunto.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores retidos dos cooperados foram depositados judicialmente no período de 1999 até o primeiro decêndio do mês março de 2019, quando houve decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre o Recurso Especial Nº 1741047/SP na qual registra o trânsito em julgado, datado em 11 de março de 2019, favorável a Sicoob Cocred, concluindo sobre a não incidência de imposto de renda nos resultados positivos auferidos pelos cooperados em operações realizadas com a Sicoob Cocred e determinando o levantamento dos referidos montantes depositados judicialmente. Nessa oportunidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos que entendem não mais haver o risco de provável perda da referida ação, a Sicoob Cocred reverteu a provisão mantida para esse tema contra o Fundo de Reserva de Contingência Fiscal ("Fundo de Reserva") (Nota 19.5). Essa reversão foi no montante de R\$ 171.905, que corresponde ao valor da provisão constituída, líquida dos honorários advocatícios.

Apesar de os assessores tributários da Sicoob Cocred entenderem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação, a administração da Sicoob Cocred, com base em orientações recebidas do Sicoob São Paulo, entende ser adequada a reversão da provisão para contingência em contrapartida do referido Fundo de Reserva, o qual deverá compor o patrimônio líquido da Sicoob Cocred até nova deliberação, conforme previsto no seu regulamento (Nota 19.5).

(a) Processos classificados como possível perda

O Sicoob Cocred possui processos em andamento classificados como de possível perda que totalizam o montante de R\$ 15.911. (2019 R\$ 4.755)

(b) Discussão dos autos de infração do Pis e Cofins

Em 21 de setembro de 2015 a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF, da Receita Federal do Brasil, sobre os processos 16327.000482/2005-78 e 16327.000316/2004-91, que tiveram origem nos Autos de Infração sobre PIS dos anos de 2000 a 2003 e COFINS do ano de 1999, sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período, com a decisão de que há a incidência dos referidos impostos por se tratarem de atos não cooperativos. Tratando-se de decisão irrecorrível no âmbito administrativo, o Sicoob Cocred, em 18 de dezembro de 2015, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários, efetuando os depósitos judiciais dos valores de R\$ 1.132 e R\$ 1.288 Pis e Cofins respectivamente e, com isso, os créditos tributários tiveram sua exigibilidade suspensa. Em 07 fevereiro de 2017, a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF sobre o processo 16327.000483/2005-12 que teve origem nos Autos de Infração sobre COFINS dos anos de 2000 a 2003 sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período. Tratando-se de decisão irrecorrível no âmbito administrativo, a Sicoob Cocred com base na opinião dos seus assessores jurídicos ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários e completou seus depósitos judiciais no montante de R\$ 6.621. Em 30 de junho de 2020 os valores montam R\$ 1.556, R\$ 1.771, e R\$ 8.100 respectivamente (2019 R\$ 1.505, R\$ 1.713, e 7.802 respectivamente).

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

- (i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

19.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 25% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

19.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2019 e de 2018 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 29 de junho de 2020 e 17 de abril de 2019, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 29 de junho de 2020, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 10.000, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 3.415, para Capital social, no montante de R\$ 5.433 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 8.149, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 17 de abril de 2019, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 24.755, para Capital social, no montante de R\$ 5.069 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.604, foi distribuído aos associados.

19.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.

19.5 Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial (Nota 18).

Esse Fundo de Reserva tem como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação. O regulamento desse fundo também determina que a devolução desses recursos deverá ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária do exercício de 2021. Durante o período de vigência do referido Fundo, os recursos levantados deverão ficar bloqueados na posição financeira da tesouraria da Sicoob Cocred, sendo autorizada a devolução desses valores à União, no caso de perda decorrente de ação rescisória.

20 Outros dispêndios administrativos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Serviços do sistema financeiro	(3.296)	(2.677)
Despesas de comunicação	(1.684)	(1.343)
Aluguéis	(2.487)	(2.062)
Serviços diversos contratados	(4.879)	(5.207)
Vigilância e segurança	(2.138)	(1.896)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(2.155)	(1.696)
Depreciação e amortização	(2.508)	(2.124)
Manutenção e conservação de bens	(1.057)	(1.036)
Despesas de transporte	(1.164)	(1.147)
Rateio de Despesas Sicoob Confederação	(2.192)	(1.877)
Outros	(3.148)	(3.143)
	<u>(26.708)</u>	<u>(24.209)</u>

21 Outros ingressos operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Atualização de CPRF (Nota 7)	55	408
Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 7)	1.130	899
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 9)	4.605	5.914
Ganhos na venda de bens não de uso próprio	451	
Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 7)	2.604	3.652
Outros	9.270	5.835
	<u>18.115</u>	<u>16.709</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Outros dispêndios operacionais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Descontos concedidos	(5.152)	(1.336)
Recursos Procapcred (i)		(8.154)
Despesas com bens não de uso próprio	(1.190)	(417)
Outros (inclui descontos concedidos na negociação de CPRFs)	<u>(2.115)</u>	<u>(1.281)</u>
	<u>(8.457)</u>	<u>(11.187)</u>

(i) Refere-se a gastos incorridos pelo Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do PROCAPCRED de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito (Nota 17)

23 Partes relacionadas
23.1 Pessoal chave da administração
23.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2020, montaram a R\$ 1.784 (2019 - R\$ 1.892).

23.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito - circulante	22.354	14.985
Operações de crédito - não circulante	74.117	77.912
Passivo		
Depósitos a vista e a prazo	204.390	86.931
LCA	10.711	8.080
Patrimônio líquido		
Capital social	22.683	22.010
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito	3.646	2.616
Dispêndio com captação	1.398	456

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

As variações dos saldos refere-se substancialmente a alteração da composição da diretoria e conselho.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

24.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

24.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

24.2.1 Principais Saldos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 5)	1.190.268	36.116
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		842.733
Ativo permanente		
Investimentos (Nota 9)	49.885	45.919

24.2.2 Principais Operações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ingressos de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	10.687	15.417
Ingresso de depósitos intercooperativos (Nota 21)	4.291	649

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

25 Gerenciamento de riscos

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.5 Gestão de continuidade de negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

26 Garantias

Em 31 de dezembro de 2019, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 169.273 (2018 - R\$ 114.999), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para

Notas explicativas em 30 de junho de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

cobrir eventuais perdas, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

27 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 30 de junho de 2020.

ADEMIR JOSÉ CAROTA
Contador - CRC 1SP 259963/O-8
CPF. 303.381.738-62

GIOVANNI BARTOLETTI ROSSANEZ
Pres. do Conselho de Administração
CPF. 183.207.628-80

ANTONIO CLÁUDIO RODRIGUES
Diretor Administrativo e Financeiro
CPF. 048.589.888-80